

Youssef pode ter atuado em refinaria do Paraná

Sobrepço de R\$ 1,4 bi detectado pelo TCU em obras na Repar está na mira da Polícia Federal

Indícios de superfaturamento nas obras de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, podem ter relação com esquemas de desvio de dinheiro operados pelo doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF). A reportagem apurou que a PF avança para descobrir se a Repar, localizada em Araucária, cidade da Região Metropolitana de Curitiba, também foi alvo de um esquema semelhante ao tratado pelo Ministério Público Federal (MPF) na denúncia envolvendo outra refinaria da Petrobras, a Abreu e Lima, na cidade de Ipojuca, em Pernambuco.

Relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) apontam que dos 19 contratos firmados no ano de 2009 para execução de obras de modernização e adequação do sistema de produção da Repar, pelo menos sete têm indícios de superfaturamento e até hoje não tiveram sua análise concluída pelo órgão em Brasília.

O principal procedimento aberto pelo TCU para verificar as supostas irregularidades na Repar teve sua confidencialidade alterada para "sigilosa" no último dia 21 de março, quatro dias depois da deflagração da primeira fase da Operação Lava Jato. Procurada ontem pela reportagem, a assessoria de imprensa do TCU disse que nenhuma informação sobre processos em andamento, incluindo os que envolvem a Repar, pode ser divulgada.

Em 2011, após reiterados alertas do TCU sobre as obras na Repar, a Comissão de Serviços e Infraestrutura do Senado chegou a organizar uma audiência pública para tratar do tema. Na ocasião, técnicos do TCU revelaram que o sobrepreço identificado nos contratos chegaria a R\$ 1,4 bilhão.

Entre as empresas e consórcios que firmaram contratos para as obras na Repar, está a Camargo Correa S/A, citada na denúncia do MPF que trata da refinaria de Pernambuco. Investigações da PF apontam para um desvio milionário de recursos na Abreu e Lima através do Consórcio Nacional Camargo Correa (CNCC), que teria subcontratado empresas ligadas ao doleiro e ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, também preso na Operação Lava Jato.

Ontem, em relação à Repar, a Camargo Correa informou, por meio da assessoria de imprensa, que "prestou esclarecimentos ao órgão de fiscalização de que não procede a acusação de sobrepreço".

Os procedimentos abertos para verificar os 12 outros contratos acabaram arquivados pelo TCU. Deste grupo, estão contratos firmados com empresas que também são citadas nas investigações da Lava Jato, como a Engevix e a Jaraguá.

De acordo com informações obtidas pela FOLHA, o foco da força-tarefa que trabalha na Operação Lava Jato será, daqui para frente, esclarecer como foram feitos os supostos desvios nas refinarias e se havia a participação de Paulo Roberto Costa em todos eles. "O que se quer saber é de onde veio todo o dinheiro lavado, como era o modus operandi. A suspeita é que (o dinheiro) tenha vindo de desvios nas refinarias, inclusive da Repar", informou uma fonte que pediu para não ser identificada.

Abreu e Lima

O projeto da refinaria de Abreu e Lima foi lançado em 2005. Naquele ano, Paulo

Roberto Costa era diretor de Abastecimento da Petrobras, cargo que ocupou até abril de 2012. Em março de 2008, ele se torna também conselheiro de Administração da refinaria em Pernambuco.

Os procedimentos licitatórios para execução da obra foram ganhos por cinco consórcios, sendo um deles o CNCC, controlado pela Construções Camargo e Correa S/A (com 90% das ações) e pela empresa Worley Engenharia S/A (10%). O contrato sob responsabilidade do CNCC acabou sendo alvo do TCU, por apresentar indícios de superfaturamento ou sobrepreço na execução do serviço e no fornecimento de materiais. A PF também investiga indícios de direcionamento nos procedimentos licitatórios.

Além disso, a CNCC subcontratou as empresas Sanko Sider Ltda e Sanko Serviços de Pesquisa e Mapeamento. Segundo a PF, essas empresas foram indicadas por Paulo Roberto Costa e por Youssef e receberam por serviços inexistentes e produtos superfaturados.

Através dessas duas empresas, valores foram movimentados para a MO Consultoria e Laudos Estatísticos e GFD Investimentos, ambas de propriedade de Youssef, mas registradas em nome de laranjas. A partir daí, ainda segundo a PF, o dinheiro foi pulverizado: parte para sociedades controladas por Youssef, parte sacada em espécie ou remetida para o exterior através de contratos de câmbio de importações simuladas.

Revista liga empresa de Londrina a caso dos Correios

O empresário Assad Jananni, ex-vice-prefeito de Londrina (1993-1996) e irmão do ex-deputado federal José Janene (PP), réu no Mensalão falecido em 2010, negou que sua empresa – a JN Rent a Car, cujo nome fantasia é Renacar – faça parte de um esquema de lavagem de dinheiro ligado ao doleiro Alberto Youssef, preso pela Operação Lava Jato. Conforme denúncia publicada neste final de semana pela Revista IstoÉ, que cita como fonte inquérito da Polícia Federal, há indícios de que o doleiro operou, por meio da JN, nos Correios, que mantinha contratos de locação de veículos com a empresa londrinense.

De acordo com a reportagem, a JN teria recebido em 8 anos mais de R\$ 77,5 milhões dos Correios, por meio de contratos que seriam constantemente aditivados, e a comprovação da ligação entre o doleiro e o empresário se daria pela compensação, em janeiro de 2009, de um cheque de R\$ 204 mil emitido pela MO Consultoria, de Youssef, em favor da locadora.

Jananni afirmou que prestou serviço aos Correios até 2010, quando a estatal rescindiu unilateralmente o contrato, em razão de irregularidades, como a não renovação da frota. Disse ter sido multado em 20% do valor do contrato e ter sido suspenso da participação de licitações nos Correios por um ano. O Tribunal de Conta da União (TCU) também auditou os contratos entre a empresa e os Correios e, segundo Jananni, encontrou "alguns problemas". "Pagamos multa em decorrência desta auditoria." Segundo ele, sua empresa, desde a fundação, em 2005, sempre alugou carros para o poder público mas "todas as licitações de que participou foram por meio de pregão eletrônico, que é a modalidade mais segura que existe".

O empresário também negou ser testa de ferro do irmão deputado, conforme afirma a revista. "Quando abri esta empresa estava de relações cortadas com meu irmão há mais de quatro anos" em razão de uma desavença política. No entanto, confirma que tem "relação

comercial" com Youssef. "Ele é cliente da loja desde o início; fui apresentado por meu antigo sócio", comentou. "Meu irmão também pediu que eu alugasse carros para ele." O valor de R\$ 200 mil citado pela IstoÉ, segundo Jananni, é fruto de um pagamento feito por Youssef por carros locados. "Foi somente isso."

Jananni disse ainda já ter sido ouvido pela PF sobre os contratos com os Correios no começo de 2011. Seu sigilo fiscal e bancário, afirmou, também já foram quebrados por ordem judicial em atendimento a pedido da polícia. O empresário já foi secretário municipal, presidente da Sercomtel e Cohab e seu último cargo público foi a chefia de gabinete do então deputado estadual Barbosa Neto (PDT). Os Correios não atenderam a solicitação de informações sobre os contratos mantidos com a JN.

Loriane Comeli

CASO ABREU E LIMA

Veja o que diz a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) sobre o esquema que teria sido montado pelo doleiro Alberto Youssef e pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, na Refinaria Abreu e Lima, localizada no Estado de Pernambuco

